

Um olhar sobre a teoria crítica no Brasil

Entrevista com Gabriel Cohn

Ricardo Musse* e Stefan Klein**

Gabriel Cohn contribuiu decisivamente para a apresentação ao público brasileiro de autores, textos e conceitos da Teoria Crítica. Nos anos de 1960 e 1970, concentrou essa tarefa – em consonância com pesquisas pioneiras que encetou no período – na tradução e em comentários de ensaios atinentes à emergente área da “sociologia da comunicação”, com destaque para o conceito de “indústria cultural”.

Nos anos de 1980, organizou o volume *Theodor W. Adorno* da coleção Grandes Cientistas Sociais (Adorno, 1986), dirigida por Florestan Fernandes. Selecionou, para tanto, ensaios atinentes a diferentes setores do conhecimento, mostrando o inconformismo do frankfurtiano com a divisão intelectual do trabalho, mas também, paradoxalmente, abrindo caminho para leituras e pesquisas da obra de Adorno nos mais diversos institutos e unidades da Universidade.

Há alguns anos, traduziu o livro *Minima moralia* (Adorno, 2008), trazendo a lume um momento e uma dimensão da produção intelectual de Adorno injustamente pouco estudada, e não só entre nós.

Deve-se a esse trabalho de décadas, em larga medida, o sucesso de estima e o interesse que a obra de Adorno desperta nas novas gerações.

A contribuição de Gabriel Cohn para as pesquisas sobre a Teoria Crítica, no entanto, ultrapassa em muito a tarefa de divulgação. A precisão e a originalidade de

*Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

**Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.

seus comentários, leitura obrigatória ainda hoje, modulam uma exigência de rigor que tende a pautar os estudos nessa área.

A publicação desta entrevista, imprescindível num dossiê sobre a Teoria Crítica, constitui também uma homenagem da revista *Tempo Social* aos recém-completados 80 anos de vida de Gabriel Cohn.

Como e quando se deu seu primeiro contato com autores e textos da Teoria Crítica?

Ouvi falar pela primeira vez em autor da Teoria Crítica em disciplina introdutória na Sociologia, na USP, em 1960. O autor era nada menos do que Adorno e o professor era nada menos do que Fernando Henrique Cardoso. Excelente professor, aliás, numa equipe de alto nível que tocava o curso de ciências sociais na época, inteiramente diferente do atual, com matérias anuais, que incluíam duas de Filosofia (Introdução e Ética, esta com o excelente Michel Debrun), além de Psicologia Social, que também faz muita falta hoje.

E a Teoria Crítica nisso? Nada, a referência era à grande pesquisa sobre Personalidade Autoritária. Depois, ninguém falou mais nisso na graduação, na época ninguém se preocupava com o tema. Fui encontrar mais informação em uma revista argentina de filosofia (lá eram mais atualizados nos debates do que aqui), que perdi e cujo título esqueci. Foi com base nisso, e tirando proveito do dado acidental de ler alemão, que acabei tomando interesse pela coisa. Para uma atenção mais séria ao tema seria preciso esperar até a década seguinte.

Eu mesmo estive ativo nisso, por tabela, porque trabalhava na recém-criada área de sociologia da comunicação, na qual a USP foi pioneira no país. Claro que isso se devia ao conceito de indústria cultural e ao modo de análise de processos culturais. Minha interlocução sobre o tema na primeira fase foi com Lourdes Sola, colega mais avançada na época. Mas, o interesse maior (também pela teoria crítica) era meu.

Parte considerável de suas pesquisas foi dedicada ao estudo de obras de Max Weber e de Theodor Adorno. Que relações são possíveis estabelecer entre esses dois autores?

Realmente, Weber e Adorno marcaram minha atividade de ponta a ponta. Embora não de modo constante, houve longos períodos, como na minha etapa na ciência política (exatamente metade do meu tempo na USP), em que ficaram em segundo plano. No início há algo de acidental nisso, afinal eu era na graduação “o homem que sabia japonês”, alemão no caso. Depois a coisa se aprofundou, em ambos os casos por circunstância curiosa. É que sempre concentrei minha atenção na busca de entender

aquilo que parecia assustador no mundo circundante. Isso acabou se manifestando em duas coisas, cada uma ligada a um desses autores.

Primeiro, a questão da burocracia. Mais exatamente, as “organizações complexas”, tema do meu primeiro curso na USP. Depois, o desconforto com aquilo que se revelaria, em termos adornianos, a instalação plena da indústria cultural no país (além da passagem pelo jornalismo na *Folha de S.Paulo*, quando estudante na graduação).

No primeiro caso, a experiência (bastante ocasional) que me motivou foi a observação de grandes escritórios com legiões de pessoas às voltas com pilhas de papel e máquinas de escrever incrivelmente barulhentas. Fiz um pequeno projeto de pesquisa para a Fapesp, que foi aprovado naquilo que na época era uma organização muito informal, em que se percorriam corredores e salas à vontade, algo que nada tem a ver com a “organização complexa” de hoje. Só que a pesquisa nunca se realizou. A razão para tanto foi minha passagem para a recém-criada área de sociologia da comunicação, que absorveu minha atenção então e por vários anos depois (no início dos anos de 1970 a USP era a única universidade do país a oferecer doutorado naquela área).

Claro que aí entra Adorno, aos poucos e para ficar. Talvez tenha sido por esse caminho que acabei desembocando no trabalho concentrado em questões teóricas, que me conduziu à insistente preocupação com a teoria crítica, não sem antes me deter em Weber, tema de minha livre-docência. Claro que isso se deu via Adorno (outros foram se aproximando, e Habermas acabou tomando mais espaço no trabalho na ciência política).

Talvez caiba neste ponto uma confissão. É que minha ambição original, quando redigi a livre-docência, ia mais fundo e mais longe do que acabou saindo. O título trai isso, ao falar de crítica (leia-se Adorno) e resignação (leia-se Weber) (Cohn, 2003). Como é habitual em nosso campo de trabalho, os olhos revelaram-se maiores do que o estômago. Mas a questão persiste, na gorda pasta reservada para os projetos não concluídos, a começar pelo mestrado. É verdade que essa deriva teórica no universo Weber-Adorno, que na realidade correspondia à minha real vocação, desviou-me na época de preocupações mais pontuais, como aquela relativa ao papel do rádio no sistema de comunicação que se ia criando no país. Valeu de sobra a pena, todavia.

Especialmente interessante nessa conjugação de interesses, como sua pergunta levanta, é o problema da relação entre essas duas grandes figuras. A tendência dominante na área aponta para a influência de Weber em pontos fundamentais do pensamento de Adorno e da teoria crítica em geral. No centro disso estaria a atenção de ambos a processos de racionalização, não só em termos pontuais como, em especial, na condição de marca distintiva do mundo moderno. Sempre tive, e sigo mantendo, dúvidas com respeito à talvez decisiva influência de Weber em Adorno. Curiosamente, Adorno foi capaz de escrever longa introdução a livro de Durkheim,

autor muito mais distante dele em princípio, e jamais dedicou por escrito atenção maior a Weber. Seus comentários mais expressivos estão em passagem da *Dialética negativa* (Adorno, 2009).

O que devo no mínimo admitir é que a poderosa presença de Weber – nem tanto, na época decisiva de Adorno, uma vez que Weber só veio a ocupar posição de primeiro plano no final dos anos de 1960 – serviu para dar foco ao problema da racionalidade (não só da ação racional, como em Weber) nos seus estudos. Isso, porém, com base em tradições de pensamento diferentes das que formaram Weber e, em consequência, com ênfases, método e conclusões diferentes. É verdade, também, que ambos foram leitores muito atentos de Nietzsche, este sim um ponto em que comungam e que merece estudo mais profundo (que eu não teria fôlego para fazer, fica para a brilhante geração mais nova de filósofos, sociólogos, estudiosos de teoria da literatura e afins que se formou na área entre nós nas décadas recentes). Não tenho mais como acompanhá-los, em seu entusiasmo e na formação de que souberam se beneficiar.

Um belo tema, Weber e Adorno, teoria da ação e teoria crítica (e Habermas com um pé em cada canoa). Para mim é desafio ainda não enfrentado a fundo, assim como outro, muito antigo, que seria escrever sobre “dois capítulos inconclusos: classe em Marx e mercado em Weber”. Coisa, aliás, que não estaria tão longe da anterior. Como diriam tanto Weber quanto Adorno, dois trabalhadores intensos e infatigáveis (como um animal de carga, diria Adorno, o amante dos animais), ainda há muito para fazer, mexa-se. Vamos lá.

Como a compreensão do pensamento de Adorno poderia contribuir para a interpretação do Brasil?

Adorno provavelmente mal sabia que existisse o Brasil. Fora da Europa (central, de preferência) não havia salvação para ele. Claro que isso é um exagero, a experiência norte-americana pegou fundo, também no plano pessoal, e não só negativamente como alguns imaginam. Tanto em seu testemunho escrito quanto, em especial, em sua abundante correspondência com os pais (como ele adorava animais, os mais próximos ganhavam apelidos: a mãe era “hipopótamo”, a mulher Gretel era “girafa”, o pai significativamente não tinha apelido, sendo o hipopótamo seu animal preferido, depois dos cães – tanto que, ao escrever sobre jazz, adotou como pseudônimo o feroz cão Rottweiler, talvez prevendo que levaria pauladas e por isso mesmo carregando nas tintas) deixam claro a sua admiração por aspectos da vida e do povo norte-americano, sem abandonar boa dose de reserva “etnocêntrica”, claro. Mas, a questão da sua relevância para entender uma sociedade tão remota para ele como a brasileira faz muito sentido.

A resposta mais geral é que ele tem, sim, como nos ajudar no estudo do Brasil, pois não há por que sustentar que sua armação analítica, centrada na análise de dimensões culturais do capitalismo, unicamente se aplique a sociedades mais avançadas nesse aspecto. Talvez até se possa dizer que se aplique com especial proveito a sociedades em que o capitalismo está instalado, mas encontra obstáculos para se desenvolver plenamente – até porque seu pensamento está muito mais voltado para detectar tendências do que resultados. Isso é especialmente claro no uso, perfeitamente possível e, diria eu, mesmo recomendável, com os devidos cuidados, no caso brasileiro.

Na minha perspectiva pessoal, para além daquele conceito já bem conhecido, a principal contribuição de Adorno, naquilo que se aplica a sociedades como a nossa, consiste na valorização do pensamento fino, capaz de surpreender tendências onde estão mais ocultas, às vezes em recantos inesperados da vida social, porém nem por isso menos eficazes. Nessa perspectiva Adorno é exemplar, e já por isso merece atenção.

Pelo que entendo, seu modo de fazer sociologia (se é que alguma vez fazia só uma das variadas coisas de que tratou) é o melhor incentivo para realizar na reflexão e na pesquisa um lema que para mim vai se tornando imperativo. A saber, que, quanto mais bruta é a sociedade que nos importa conhecer mais fina deve ser a análise. Isso, desde que nosso propósito seja adicionar conhecimento novo e eventualmente imprevisto, ao invés da mera reprodução do objeto com sinal invertido no discurso, algo que o senso comum, a coisa mais bem distribuída, faz tão bem quanto o mais sofisticado aparato analítico.

Você foi pioneiro na divulgação, no Brasil, do conceito de “indústria cultural”. Como avalia a recepção, entre nós, desse conceito?

O conceito de indústria cultural está presente no Brasil de modo sistemático (ou seja, não como mera alusão) desde a segunda metade dos anos de 1960 e ganha apresentação “oficial” em 1971, em coletânea que eu mesmo organizei, *Comunicação e indústria cultural* (Cohn, 1971), na mesma época em que Luiz Costa Lima (1969) lançava, no Rio de Janeiro, sua coletânea *Teoria da cultura de massa*, na qual incluiu o capítulo sobre a cultura como “engodo das massas” da *Dialética do iluminismo*.

Sua recepção sempre foi problemática, em grande medida como consequência das disputas internas no campo de estudos de comunicação que então se formava e que se revelava atraente pelo seu caráter inovador e pela circulação internacional, em especial na América Latina, onde se passava por experiência semelhante. Nesse espírito surgiu a primeira, e influente, associação de pesquisadores na área, a Intercom, com ligações com centros latino-americanos de orientação semelhante dirigidos por figuras também emergentes. Uma concorrência externa, ainda mais provinda

de área imprevista na USP e não integrada nas correntes dominantes, não era muito bem-vinda em tais circunstâncias.

Isso influiu na exacerbação de críticas já habituais às posições teóricas do seu principal proponente, Adorno. A ênfase de Adorno na perspectiva de análise que parte de uma crítica ao capitalismo e da identificação de suas tendências naquela quadra histórica foi deixada de lado em proveito da rejeição às características do conceito, mais exatamente do modo de pensar nele envolvido; posição facilitada pela índole intransigente e radical da argumentação adorniana.

Ao lado da atribuição de elitismo pessimista ao tipo de pensamento expresso naquele conceito, argumentava-se que nele não havia como dar a devida atenção aos modos de recepção das mensagens distribuídas pelos meios de comunicação. O argumento, no caso, era que as diferenças nos modos de recepção abririam espaços de resistência, mediante a redefinição pelos receptores dos conteúdos recebidos, mesmo diante da tendência à concentração da produção e distribuição nos seus diversos ramos interligados (imprensa, rádio, discos, televisão) e do número decrescente de empresas. Enfatizava-se a capacidade de elaboração cultural autônoma no campo popular, enquanto o conceito de indústria cultural apontava no sentido oposto, de integração partindo da iniciativa dos grandes complexos empresariais em formação. Atualmente a versão “populista” da resistência aos influxos culturais dominantes perdeu força, sem, no entanto, reforçar-se significativamente a posição dos adeptos do conceito de indústria cultural.

Com a expansão e organização em bases mais amplas da pesquisa na área após a criação em 1991 da Compós, a correspondente à Anpocs na área, e também no trabalho de pesquisadores independentes diversificou-se o campo conceitual. O conceito continua sendo utilizado em trabalhos de muito apreciável qualidade, realizados em determinados centros, particularmente no estado de São Paulo, onde se encontram integrantes do razoavelmente numeroso círculo de “frankfurtianos” (maior do que em Frankfurt, consta), concentrados em algumas instituições como a Universidade Metodista, onde a ênfase é sobre processos educacionais, a Unicamp, o Cebrap, que trabalha mais com a segunda e a terceira geração da teoria crítica, sem no entanto desconhecer o conceito, a própria USP, claro. Isso sem falar em figuras individuais, como Wolfgang Leo Maar na UFSCar.

Isso ocorre seja pelo recurso explícito ao conceito no centro da análise, como em Gisela Taschner Goldenstein (1987), *Do jornalismo político à indústria cultural*, ou então como parte integrante, nem sempre tematizada, de análises de índole marxista no conjunto, a exemplo de Maria Eduarda Rocha (2003), *A nova retórica do capital: publicidade brasileira em tempos neoliberais*, análise exemplar inspirada na contribuição de Maria Arminda do Nascimento Arruda, ou como em Isleide Fon-

tenelle (2002), *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. Este último livro, resultado de tese realizada com Francisco de Oliveira, oferece exemplo interessante da trajetória do conceito. Nele, invocam-se em várias passagens posições de Adorno sobre fetichismo, ideologia e cultura, mas o termo indústria cultural não aparece uma única vez, permanecendo subjacente. De modo geral, a referência explícita ao conceito em pesquisas vai se escasseando à medida que a atenção se volta para as novas tecnologias ou se concentra em estudos monográficos. É de se supor que ele permanece e permanecerá vivo naquela condição apontada acima, de peça importante em análises marcadas por enfoques de inspiração marxista, mais do que como foco analítico de pesquisa. Não há, todavia, esforço visível para repensá-lo com referência às formas contemporâneas de produção e circulação cultural.

Não acredito que o ciclo de vida desse conceito esteja encerrado em consequência das profundas mudanças no campo da comunicação social nas décadas recentes. Ele oferece muitos recursos analíticos a serem explorados, precisamente naquele contexto para o qual foi construído, que é o da análise das condições e tendências do capitalismo, eliminando-se de vez a tendência a vê-lo como mera peça em análises pontuais de processos comunicativos. Ou seja, sua sobrevivência e relevância estão ligadas a desafio teórico maior, que é a renovação da teoria marxista no estudo do mundo contemporâneo, na qual tem tudo para desempenhar papel importante.

Você poderia ampliar as observações que fez acerca da atualidade do conceito de “indústria cultural”?

Considerando-se as imensas mudanças na tecnologia da comunicação em grande escala desde meados do século passado, sua extrema aceleração nas décadas recentes e seus efeitos sobre sua escala de operações, sobre sua organização e sobre os processos culturais em geral, é de causar espanto que sequer se possa ainda falar em “indústria cultural”. O sistema de meios de comunicação sob controle de grandes conglomerados empresariais, de que falavam os criadores do conceito, de fato não pode mais ser visto como formando a ponta mais avançada da produção e distribuição de conteúdo simbólico nas sociedades contemporâneas. Na realidade, forma algo como um subsistema no interior do conjunto de organizações e processos nas sociedades informatizadas, desde o mais trivial (telefone celular, Google, Youtube) até o ainda abstrato (inteligência artificial aplicada).

O espantoso, todavia, é que nenhuma corrente na análise social chegou, até hoje, a superar esse conceito e, sobretudo, a Teoria Crítica da Sociedade da qual provém. Mesmo a concepção inicial embutida naquele conceito, a de que os diversos “meios de comunicação” formam um sistema e não podem ser tratados como separados, é

válida hoje mais do que nunca e capaz de oferecer pistas para hipóteses fortes sobre o cenário contemporâneo, incluindo as “redes”. Isso, claro, sem falar da importância da ênfase no estudo das formas e da organização do controle econômico, político, ideológico e cultural daqueles meios, e na sua inscrição na fase atual do capitalismo, diferente daquela de meados do século passado.

A dimensão do conteúdo veiculado desempenha papel central no conceito, desde que a dimensão “material” não seja negligenciada, em especial no modo como se faz presente no conteúdo. E nisso manifesta-se um importante traço seu: é que a ideia de sistema, essencial naquilo que concerne às relações externas aos conteúdos, encontra seu aspecto correspondente no interior dos mesmos conteúdos. Com uma diferença básica: enquanto o sistema rigorosamente ocupa um plano e nesse sentido é *unidimensional*, os conteúdos se organizam em profundidade, em vários níveis relacionados entre si, de modo *multidimensional*. A ideia básica, nesse ponto, é que aqueles diferentes níveis têm em comum o fato de constituírem *efeitos* da recepção dos conteúdos.

Nisso se realiza a direção do processo comunicativo por aqueles que detêm o seu controle, na produção e distribuição daquilo que, na perspectiva da indústria cultural, são produtos submetidos ao cálculo empresarial, por mais que tenham caráter específico. Esse aspecto do conceito de “indústria cultural” costuma passar em branco, embora seja de importância decisiva na sua aplicação às condições vigentes em cada momento no sistema capitalista. A conjugação entre sistema e multidimensionalidade dos conteúdos constitui o cerne da contribuição do conceito de indústria cultural à caracterização do processo cultural no capitalismo avançado, e nada perdeu de sua relevância e aplicabilidade nas condições atuais.

Em artigo recolhido em seu último livro Weber, Frankfurt (Cohn, 2016), você examina um dos fragmentos da Dialética do esclarecimento à luz do conceito de “ofuscação”. Acompanha aí a passagem do comportamento antisemita à mentalidade do ticket, do pensar em bloco, sob a égide de corporações monopolistas. Você considera que esse diagnóstico ainda é válido?

A ideia de ofuscação é importante porque envolve uma crítica à crença iluminista no esclarecimento como sinônimo de claridade e nitidez na percepção do mundo e de seu rumo, uma luz que tanto melhor é quanto menos obstáculos encontra ao se propagar. Não é bem isso, sustenta Adorno. Claridade pura e crua, sem passar por qualquer filtro, mais ofusca do que ilumina, no limite anula a visão das coisas. O problema não está nas zonas de sombra, e sim na luminosidade chapada e sem gradações, nem mesmo sombras.

Claro que essas ideias de claridade e filtro são metáforas que estou usando aqui, o importante é que em ambos os casos a referência é a processos sociais, e não naturais como elas evocam. O equívoco iluminista consiste em supor que todo obstáculo à pura radiação de luzes é obscurantista (termo típico, no caso), pois beneficia os inimigos da razão clara e direta. No entanto, a iluminação direta, sem desvios e reverberações, só é boa para quem a emite (os dominantes social e culturalmente), não para quem a recebe em cheio (e por isso necessitaria dos filtros da capacidade de reflexão e de crítica).

Na ausência de anteparos socialmente construídos perde-se o controle sobre o olhar, é-se levado a aceitar o que se apresenta como a única realidade válida, pois o olhar ofuscado só se fixa em um único ponto (perde a mobilidade indispensável à autonomia). Aquele sonho iluminista da clareza plena encontra sua mais plena realização na organização e no modo de operar do capitalismo avançado, que enfatiza a visibilidade de tudo em nome da eficiência e do controle. A ofuscação opera ao retirar do campo de visão tudo que não seja preparado como espetáculo (como diria Guy Debord, 1997) e assim reserva a iniciativa para os emissores e controladores (exemplo típico disso é a indústria cultural).

O mínimo que se pode sustentar é que essa ideia é capaz de oferecer hipóteses importantes a respeito do mundo atual, mais até do que fazia em meados do século passado. É interessante na questão proposta que ela invoca aquilo que seria uma expressão forte dessa ofuscação no plano político, quando em situações como a eleitoral a atenção das pessoas fica presa a fórmulas (*tickets*) oferecidas pelo sistema em que estão envolvidas, sem ter meios para ampliar o âmbito de suas opções e sem capacidade para deliberar. No caso, a questão imediata seria a de pesquisar as formas que o *ticket* assume nas condições atuais da sociedade, do sistema eleitoral e do sistema político como um todo. Em seguida, seria o caso de criar hipóteses a respeito da expansão desse modo de pensar em bloco nas diversas dimensões da vida social e sua incidência na vida pessoal dos envolvidos.

O pensar em bloco integra-se naquilo que Adorno, referindo-se ao conjunto dos processos culturais no interior da “sociedade administrada”, denominou “nexo universal de ofuscação”. Na realidade, um dos propósitos dessas formulações de Adorno consiste em fornecer apoio teórico para a pesquisa das diversas formas de manifestação dessa configuração social geradora de ofuscação. Isso certamente envolve enfrentar o problema da ideologia como expressão mais complexa desse processo, que atravessa o conjunto das formas contemporâneas de sociedade.

Você traduziu Minima moralia. Por que essa escolha? Como você situa esse livro no conjunto da obra de Adorno?

Meu primeiro impulso foi afirmar que *Minima moralia* está no centro mesmo da obra de Adorno. Afirmação pouco apropriada, porém. Primeiro, porque não há propriamente centro na obra de Adorno. Ela é descentrada, de maneira muito particular. É que a preocupação dele ao compor sua obra era outra. Não era a de manter foco fixo em ponto central, e sim de expor, mediante a explicitação dos nexos que se vão produzindo entre formas culturais e no interior de cada uma delas, o modo como nelas se manifesta a própria organização da vida social em cada momento. Isso não é “sociologismo”, não é explicação de tudo pelo social. Mesmo porque não se trata propriamente de explicação. É mais propriamente explicitação daquilo que nos fenômenos está implícito, e isso em registro dinâmico, de percepção de tendências mais do que de mera descrição. Fundamental nisso é a ideia de que aqueles nexos e as formas que os traduzem não são simples efeitos nem são acidentais. São determinados, têm conteúdo social e historicamente saturado.

Buscar aquilo que está inscrito nos fenômenos e pulsa no seu interior requer um modo próprio de aproximação. Este último termo, peculiar a Adorno, já é significativo. Trata-se de aproximar-se do objeto tão perto quanto for possível sem lhe fazer violência, em contraste com o procedimento “objetivo” (Adorno diria “positivista”) de afastar-se dele para melhor o examinar em segurança. Aproximação com intuito claro, porém. Trata-se de perceber o que lhe vai por dentro, captar seus ritmos e movimentos internos. Enfim, de proceder à análise imanente, trazendo à superfície algo diverso da reiteração daquilo que nela já estava – precisamente os nexos internos e referências externas que lhe conferem sua peculiar fisionomia (outro termo não estranho a Adorno).

Esse olhar atento às mais ínfimas maneiras de apresentação dos fenômenos sociais sem perder a atenção ao seu ambiente mais amplo reflete-se num dos traços mais fascinantes e ao mesmo tempo mais difíceis da escrita de Adorno. É que nela nenhuma palavra se limita a nomear ou qualificar sem deixar resto. Todas são ao mesmo tempo muito presentes e fugidias, como que irradiam significados que devem ser captados no seu entrelaçamento para em seguida serem desenvolvidos. Neste ponto, uma observação. Adorno usa termo que na realidade corresponde ao significado original de “explicar” (*entfalten*, desdobrar), em contraste com o significado usual moderno, que é de remover problema mediante a identificação de causas. Recupera, assim, algo de um modo de pensar mais preocupado com o desenvolvimento do que com cortes e exclusões.

O título daquela coleção de aforismos faz alusão irreverente aos grandes tratados de moral e, para além do tom enganadoramente humoroso, que se repete nos títulos das peças, lembra o essencial. É de moral que se trata e, se Adorno certamente não faria algo como uma *maxima moralia*, o tema está sempre presente nas entrelinhas

de seu legado escrito. Talvez o melhor lugar para ver isso em ação seja precisamente *Minima moralia*, esse conjunto de pequenos escritos que se apresentam como valendo cada qual por si, mas que, numa leitura mais atenta, desenham a figura de todo um modo de viver numa época claramente identificada. É a época da sociedade marcada pela ordem do capital tal como se encontrava em meados do século passado e que, naquilo que interessa naquela obra, só se acentuou no presente, para além de todas as metamorfoses.

Uma ordem, por sinal, que é mascarada pela ideologia dominante, mesmo quando ela exhibe seu semblante mais aberto, o das concepções liberais, que no cenário político se traduzem em coisas como a disjuntiva entre o público e o privado (que é incompatível com o pensamento da Teoria Crítica, no qual importa precisamente encontrar a forma assumida em cada momento pelo íntimo enlace de ambas) ou a crença nas virtudes da sociedade civil diante do Estado. Tais questões não são alheias àquelas que se apresentam como restritas ao campo cultural (afinal, é de nexos insuspeitados que se trata). Todas elas revelam-se, no final, como tendo intrínseco caráter ético. Cumpre, pois, tratá-las como tais, sugere Adorno.

Para quem desenvolveu fundo interesse pelo peculiar modo de pensar de Adorno, sempre dirigido para temas que me parecem centrais, quando se apresentou a oportunidade de fazer nova tradução o desafio era irresistível, mesmo já havendo outra de boa qualidade. Claro que enfrentar o alemão difícil daquele reconhecido mestre, sempre em busca do afinamento da mais exigente precisão em cada palavra com o igualmente minucioso cultivo da capacidade da escrita de captar a mais leve oscilação de sentido daquilo de que fala, é coisa no mínimo temerária. Aprendi isso já em página inicial do livro, quando topei com adjetivo praticamente intraduzível, *richtig* (que em inglês daria *right*) aplicado ao termo correspondente a “vida”. Não consegui, até hoje, encontrar vocábulo em português que capte, em uma só palavra e de modo conclusivo, o significado daquela expressão, *richtiges Leben*. Vida reta, ou correta, ou boa, ou mesmo verdadeira, nenhuma dessas soluções resolve o problema. Em boa medida a dificuldade resulta de que aquela expressão associa as ideias de verdade e justiça, sem se confundir com nenhuma delas. Só me restou uma fraca e incômoda certeza, a de que minha solução, “vida certa” (em oposição à “vida falsa” de que fala Adorno) também não é boa. Qualquer pessoa com um mínimo de juízo, ao topar com obstáculo desse tamanho logo no início de seu trabalho, poria o livro de lado e se contentaria com prosseguir vivendo a vida falsa. Para o bem e para o mal, não foi o que ocorreu.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. (1986), *Theodor W. Adorno: sociologia*. Org. Gabriel Cohn.. São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 54).
- ADORNO, Theodor W. ([1951] 2008), *Minima moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue.
- ADORNO, Theodor W. ([1966] 2009), *Dialética negativa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. ([1944] 1985), *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- COHN, Gabriel (org.). (1971), *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade*. São Paulo, Nacional.
- COHN, Gabriel. ([1978] 2003), *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo, Martins Fontes.
- COHN, Gabriel. (2016), *Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social 1*. Rio de Janeiro, Azougue.
- DEBORD, Guy. ([1967] 1997), *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- FONTELLE, Isleide. (2002), *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo, Boitempo.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. (1987), *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo, Summus.
- LIMA, Luiz Costa (org.). (1969), *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Saga.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. (2003), *A nova retórica do grande capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Texto recebido em 22/09/2018 e aprovado em 01/10/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.150494.

RICARDO MUSSE é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: rmusse@usp.br.

STEFAN KLEIN é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: sfk@unb.br.

